



O CAPITALISMO  
VAI NU?

# FRACA MEMÓRIA E MÁ EDUCAÇÃO CÍVICA PODEM AFETAR OS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES

Portugal vive um momento político desafiante e é com grande expectativa que se esperam os resultados eleitorais no próximo dia 30 de janeiro. Aline Beuvink considera que a abstenção pode ser elevada e o voto contra o sistema pode resultar num aumento do populismo. Seria importante um equilíbrio de forças ao centro e que o dinheiro da bazuca europeia fosse utilizado de forma inteligente, eficaz e empreendedora. Em relação ao eleitorado português, teme pela sua má memória e pela fraca educação cívica, principalmente dos mais jovens. No dia das eleições muitas surpresas irão acontecer, espera Aline "que sejam boas para o País."

Por: Catarina G. Barosa e Rita Saldanha Fotos: Tema Central

**Quando Portugal ainda está a refazer-se de um longo e duríssimo período de uma crise económica e social sem precedentes, e ainda ensombrado pelo COVID-19, o que vai acontecer? O que muda com o chumbo do Orçamento? O que implica a dissolução do Parlamento? Por que razão todos os partidos à exceção do PS, e da abstenção do PAN, votaram contra este OE2022?**

Em situações de crise, a História demonstra-nos que as franjas mais extremistas têm tendência a fortalecer-se junto da opinião pública. Porém, o pequeno golpe do chumbo do Orçamento, que a extrema esquerda protagonizou, com esperança de refazer a sua dinâmica perante o eleitorado, não parece que irá vinguar. Há um sentimento de cansaço na sociedade portuguesa potenciado, eventualmente, pela Pandemia e pela forma atabalhoada com que o Governo tratou do caso, salvo o papel do Vice-Almirante Gouveia e Melo. Esse cansaço irá traduzir-se, seguramente, nas

eleições. A dissolução do Parlamento vai implicar um "afiar de facas" em todos os quadrantes políticos e uma tentativa, como temos visto, de controlo do poder, muito por se ter no horizonte a chamada "bazuca". Quanto aos votos neste orçamento, a posição dos partidos de direita é consentânea com o seu perfil dos últimos anos, pelo que se poderia adivinhar que não apoiariam o OE2022, restando ao Partido Socialista contar com os seus parceiros do costume: BE e PCP. No entanto, na ressaca das autárquicas de resultados miseráveis, um pouco como castigo por anos de conluio, os habituais parceiros de coligação não aprovaram, para espanto de todos, o OE2022. O resultado foi pior: deu origem a uma instabilidade e a uma crise política, em plena Pandemia e com incertezas quanto ao futuro, que poderão sair caras aos protagonistas deste teatro da esquerda. Os partidos que representam o centro democrático têm aqui a obrigação e a tarefa árdua, para além da grande responsabilidade, de unir o País num projeto de alavancagem financeira e de soluções, medidas e posições fundamentais para reerguer económica e politicamente Portugal. Há sinais claros de necessidade e vontade de mudança por parte da população, que já não acredita muito num Governo de esquerda pejado de

**"O ÚNICO VOTO QUE IRÁ, PROVAVELMENTE, SOBRESSAIR, SERÁ O VOTO DE PROTESTO. DAÍ A POSSIBILIDADE DE SER VISÍVEL UM CRESCIMENTO DE ALGUM POPULISMO."**





## “TALVEZ UM DOS MAIORES PROBLEMAS QUE ENFRENTAMOS NA ATUALIDADE SEJA A FALTA DE FORMAÇÃO CÍVICA, DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA E DE EFETIVIDADE DA AÇÃO.”

escândalos. Mesmo que o ativo mais tóxico do mesmo tenha, finalmente, partido (Eduardo Cabrita), os estragos políticos e fundamentalmente morais deixaram marcas que os próximos dois meses não serão suficientes para apagar.

**Num momento em que mais do que nunca “a união faz a força”, serão estes os efeitos da polarização partidária? Como é que tudo isto vai mexer com a vida e na carteira dos portugueses? O que vai acontecer com a questão do salário mínimo?**

Como sempre, em época de eleições, as promessas de subida do salário mínimo são muitas e presentes. Não sabemos realmente o estado crítico a nível financeiro do País para ter a certeza que serão promessas que se possam cumprir. A falta de investimento que se viu nos últimos anos e a desastrosa consequência para a economia portuguesa do efeito colateral da Pandemia, bem como algumas das medidas mais radicais do Governo para a conter, embora sem grande resultado, viu a franja empresarial portuguesa

desgastada e debilitada. Porém, como as sondagens do período das autárquicas conseguiram demonstrar, prever o que pode suceder nunca foi tão difícil: o expectável não acontece necessariamente, surpresas podem surgir. Muito irá depender do projeto ganhador nas eleições, que permita utilizar o dinheiro da bazuca europeia de forma inteligente, eficaz e empreendedora, sem esquecer o Plano de Recuperação e Resiliência, a ser cumprido até 2026 (ou seja, até ao findar da nova legislatura da Assembleia da República e do próximo Governo), a maior esperança atual. No entanto, se não houver atenção para as dinâmicas sociais que têm lugar atualmente em Portugal, situações de clivagem da sociedade, como é visível no Brasil, podem vir a acontecer no nosso País. Um fosso entre muito ricos e muito pobres, a perda de poder económico da chamada classe média e o seu estrangulamento, pode refletir-se, rapidamente, nos comportamentos e com impacto negativo. A estabilidade, a confiança e a segurança nas ruas serão um sonho do passado, como já temos vindo a assistir em alguns bairros em Lisboa nos últimos tempos. Nem a nossa mentalidade, nem a nossa estrutura como país está montada para deixarmos de ser um país seguro. Porém, estes sinais que têm vindo a crescer nos últimos tempos, são indicadores perigosos de que o nosso modo de vida está a começar a entrar em risco, aumentando, também, a dependência de ajudas do Estado para ultrapassar essas problemáticas.

**Michael Baum, professor de Filosofia Política referiu que, nos últimos 20 anos, os portugueses têm vindo a sentir um “desencanto”: “Os cidadãos estão cada vez mais descontentes, desapontados e desafetos com a Democracia”. As elevadas taxas de abstenção, o aumento da volatilidade eleitoral e a excessiva “presidencialização do primeiro-ministro”, são sintomas de uma democracia enfraquecida, mas que, apesar de tudo, não se adivinha instabilidade ou alterações no sistema partidário português. Tendo em conta os níveis de abstenção dos últimos atos eleitorais, o que se pode prever que possa acontecer? Com uma alternativa pouco robusta e consolidada internamente, estão criadas as condições para o populismo ganhar força? Que opções tem o povo português e que partidos podem tomar esta crise como uma oportunidade?**

O estado a que se chegou a nível político, social e económico,

**“AS AULAS DE CIDADANIA, QUE SÃO MUITO MAIS FOCADAS PARA AS QUESTÕES FRATURANTES, ESQUECEM-SE DE FORMAR JOVENS PENSANTES QUE REFLITAM, COM LIBERDADE, SOBRE A POLÍTICA.”**

não permite, no fundo, que se façam predições com uma margem sólida de certeza. Os partidos mais próximos do centro, não estão com a força de outros anos junto da população e, o tempo de preparação para as eleições, não será talvez suficiente para convencer o eleitorado, não só em votar neles, como a votar de todo. É possível que a abstenção ronde as percentagens do costume ou, até, aumente. O único voto que irá, provavelmente, sobressair, será o voto de protesto. Daí a possibilidade de ser visível um crescimento de algum populismo. Os partidos novos da nossa democracia que já têm assento parlamentar, como o Chega ou a IL, terão um crescimento evidente – muito devido ao tal voto de protesto. Serão, com certeza, os maiores vencedores destas eleições – não por poderem fazer Governo, mas por, em comparação com os resultados anteriores, crescerem exponencialmente.

Na forma como se encontra o País, o melhor era um equilíbrio de forças a nível do centro, caso não haja uma maioria absoluta – o que, tudo indica até ao presente momento, irá acontecer – dos partidos que normalmente estão no poder. Um compromisso assumido ao centro talvez seja a forma mais equilibrada de reorganizar o País, embora fosse preferível que a direita liderasse esse processo. Pelo que a História tem demonstrado nos últimos 40 anos, os maiores momentos de crise financeira deram-se pela má-gestão da esquerda.

Mas o maior problema do eleitorado português e que tem sido sistemático, podendo ser a razão da abstenção, fundamentalmente, em dois grandes fatores: uma má memória e uma fraca educação cívica. As aulas de cidadania, que são muito mais focadas para as questões fraturantes, esquecem-se de formar jovens pensantes que reflitam, com liberdade, sobre a Política. Muitos se afastam desta ou concentram-se nos partidos que fazem, dos temas fraturantes, as suas bandeiras, daí o crescimento, numa franja da sociedade, dos votantes do BE ou do PAN. Agora, uma formação na área da Política, que os faça compreender os rumos, as ideias, as consequências e, fundamentalmente, a importância do indivíduo e do seu voto na solução de um país como um todo, embora imprescindível, é nula em Portugal. O outro problema, o da má memória, é traduzível pela displicência e o desinteresse do voto e, principalmente, a sensação que se tem de não ser preciso o seu contributo, “porque fica tudo na mesma”. Essa sensação de impotência,







de não valer a pena, de impossibilidade da mudança, após anos de rotativismo eleitoral, sem grandes impactos para a vida imediata das pessoas, aumenta o seu desinteresse e desaparece da lembrança – cada vez mais, devido a uma questão geracional – os tempos em que não se poderia votar livremente. Ou seja, têm a democracia como garantida, mas também como algo que não muda e não tem impacto no quotidiano. As gerações dos últimos 25-30 anos foram as primeiras neste último século que não testemunharam uma Europa em total conflito, em que se teve de batalhar e entrar em guerra para haver paz e manutenção das fronteiras, e os valores pelos quais tantas gerações anteriores lutaram para atingir – a separação dos poderes executivo, legislativo, económico, religioso; ou, simplesmente, a possibilidade de voto democrático – parecem ser algo com que as novas gerações não precisam de se preocupar. Ou nem pensam na sua importância ou do seu impacto nas suas vidas.

Talvez um dos maiores problemas que enfrentamos na atualidade seja a falta de formação cívica, de consciência política e de efetividade da ação. Nestas condições, alguém que prometa o "El-Dorado", mostrando-se diferente, ou "contra o sistema", embora faça parte dele, poderá despertar o interesse e algumas consciências para uma mudança de atitude perante o voto. Dia 30 de janeiro muitas surpresas irão acontecer. Esperemos, apenas, que sejam boas para o País. ●

---

## BIO

É doutorada em História pela Universidade de Évora, tendo feito o Mestrado e a Licenciatura nas áreas de História e Cultura Pré-Clássica, e História da Arte na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

É Presidente-Fundadora da Associação de Defesa do Património de Lisboa – ADPLx, e investigadora do CIAUD da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. É sócia-efetiva da Sociedade de Geografia de Lisboa, Membro fundador da Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa (AEAULP), pertence à Confederação Nacional das Associações de Família (CNAF), é delegada do International Institute of Business Et Social Communication (IIBSC) em Portugal e membro da Direção do Directory of Scholars in European Studies, responsável pela publicação bianual da revista 2000: *the European Journal*, em Roma.

Foi condecorada com a Grã-Cruz da Ordem das Bandeiras da Sociedade de Estudos de Problemas Brasileiros, da qual é também Comendadora, e recebeu a medalha "Princesa Maha Chakri", pela Casa Real do Reino da Tailândia.

# CAPITALISMO E DESIGUALDADE

Recentemente foi publicado o *World Inequality Report 2022*. Nele é possível ver algumas estatísticas que podem chocar. As pessoas que se encontram no top 10% da distribuição mundial de riqueza, detêm em conjunto 76% da riqueza e 52% do rendimento mundial, ao passo que a metade da população mundial mais pobre, detêm apenas 2% da riqueza. No ano que passou, o rendimento médio dos 10% mais ricos foi cerca de 38 vezes superior ao rendimento médio dos 50% mais pobres. Em 1820 era de "apenas" 18 vezes.

Estes e muitos outros números parecem sugerir que desde as revoluções industriais e mais recentemente com a globalização, o aumento das desigualdades parece não parar, concentrando cada vez mais riqueza em cada vez menos pessoas, levando a sustentabilidade da coesão social ao limite. Os movimentos populistas têm-se multiplicado nos últimos 40 anos e existe a percepção no ar de que nunca as sociedades estiveram tão polarizadas. Isto parece sugerir que o capitalismo desenfreado para qual a humanidade acordou, após

**EM PRIMEIRO LUGAR, É BOM LEMBRAR QUE O PERÍODO APÓS 1820 TERÁ SIDO, DE LONGE, O MAIS BEM-SUCEDIDO PERÍODO DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE. EM 1820 APENAS SEIS PESSOAS EM CEM NÃO VIVIAM EM POBREZA EXTREMA. HOJE, APENAS 10% DA POPULAÇÃO MUNDIAL PODE SER INCLUÍDA NESSA CATEGORIA.**



## CRIAR RIGIDEZ NO MERCADO DE TRABALHO - COMO A OCDE RECENTEMENTE AVISOU - NÃO É MAIS DO QUE PÔR O DEDO NO BURACO DA BARRAGEM QUE ESTÁ PRESTES A IMPLODIR.

milênios de servidão e feudalismo, é insustentável e conduzirá necessariamente à revolução, como Marx profetizou, e ao comunismo. Mas da mesma maneira que há muitas maneiras de esfolar um gato (que me perdoe o PAN pelo ditado popular, é meramente metafórico), também há muitas maneiras de mostrar estes números. Em primeiro lugar, é bom lembrar que o período após 1820 terá sido, de longe, o mais bem-sucedido período da história da humanidade. Em 1820 apenas seis pessoas em cem não viviam em pobreza extrema. Hoje, apenas 10% da população mundial pode ser incluída nessa categoria. Passamos de 12 para 85 na percentagem da população que sabe ler e a mortalidade infantil até aos cinco anos é agora 10 vezes inferior. A esperança média de vida global passou de 29 para 71 anos. E mesmo os números anteriores também devem ser tidos em contexto. Se é verdade que o rendimento médio dos 10% mais ricos relativamente à mediana aumentou de 18 para 38 vezes, é também verdade que se encontra no nível mais baixo desde o fim do século XIX, numa tendência de descida desde 1980, precisamente desde o arranque da globalização. Não há dúvidas nenhuma que o capitalismo e a globalização têm sido as forças dominantes de processos que tiraram biliões de pessoas da pobreza, aumentaram a esperança de vida e trouxeram a democratização do conhecimento e até das sociedades – hoje, 56% da população mundial vive em democracia, contra apenas 1% em 1820. Isto é importante porque o debate sobre capitalismo e desigualdades é muitas vezes enquadrado numa inevitabilidade histórica de tendência para a insustentabilidade social que levará à revolução. Mas é fundamental ser preciso sobre o que falamos e neste caso, contexto é tudo. Os aumentos de desigualdade que põem em questão a coesão social são um fenómeno relativamente recente e focados no contexto das sociedades ricas ocidentais. Assentes em avanços das tecnologias de comunicação, transporte e informação,

a automação e o *off-shoring* fizeram com que as classes médias destes países perdessem terreno face ao topo da distribuição. Isto tem alimentado muito do populismo emergente nas sociedades ocidentais desde a década de 80 e teme-se que a recente crise pandémica venha acelerar ainda mais o processo.

Mas a resposta para estes novos desafios não pode estar assente na tentativa de inversão de tendências inabaláveis. Criar rigidez no mercado de trabalho – como a OCDE recentemente avisou – não é mais do que pôr o dedo no buraco da barragem que está prestes a implodir. Proteger emprego obsoleto não é proteger os trabalhadores. Num estudo recente com colegas meus da Nova SBE, estimamos que a automação obrigará cerca de 700 mil trabalhadores nos próximos oito anos a mudar de ocupação e adquirir novas capacidades, provavelmente uma estimativa conservadora em face do impacto que a Pandemia trouxe na aceleração da digitalização. Este processo de transformação não é nada de novo, o que é novidade é a velocidade a que está a decorrer, tornando a requalificação de trabalhadores um imperativo económico, social e até moral. É também empoderando as pessoas que se lhes dá liberdade, para que a condição económica seja uma escolha de vida e não um determinismo inescapável.

Teremos eleições legislativas em janeiro e importa que as opções que sejam tomadas reflitam mais do que a espuma dos dias. Mais do que a velocidade a que Eduardo Cabrita ia, ou os graus de resiliência que Marta Temido quer incutir nos profissionais de saúde, seria desejável que o debate político se centrasse nos problemas estruturais do País. Que se conseguisse algum consenso relativamente ao diagnóstico, sem prejuízo da inevitável diversidade das soluções políticas. Para que a liberdade da escolha não seja posta em causa pelo véu da ignorância e que quem escolha, saiba o que está a escolher. ●



**Pedro Brinca**  
Professor Auxiliar  
da Nova School  
of Business and  
Economics



# CAUSAS E COMPROMISSOS

Na base da minha atuação como cidadão e como líder associativo estão causas como a liberdade, a democracia e a iniciativa privada. Causas em que acredito e que defendo.

Intrinsecamente, o sistema económico baseado no mercado e na iniciativa privada – sistema que muitos designam por capitalismo – é, do ponto de vista histórico, aquele que melhor conseguiu promover o progresso.

Com este sistema, pela primeira vez, os homens foram capazes de conceber uma ordem social em que as antigas aspirações de liberdade, fraternidade e igualdade se tornaram coerentes com a abolição da pobreza e o aumento da riqueza. Só com a economia de mercado foi possível “casar” o “egoísmo” com o “altruísmo”, ao obrigar o empresário, no seu próprio interesse, a ter em conta os interesses dos outros.

Acredito, por isso, que para deixarmos um futuro melhor às novas gerações temos, antes de mais, de assegurar a continuidade e o aperfeiçoamento deste sistema económico.

Mas o sistema económico não é, por si só, suficiente para assegurar um futuro melhor.

Uma economia livre e plenamente humana requer que a sociedade se organize, nas suas outras dimensões, em instituições fortes que evitem perversões no

funcionamento dos mercados e criem condições para um desenvolvimento equilibrado, inclusivo e justo.

Neste contexto, o papel do Estado é insubstituível.

Necessitamos de um Estado regulador, garante da coesão social e regional e potenciador de estratégias de modernização. Um Estado capaz de garantir o bom funcionamento dos mercados, mas também de colmatar as suas falhas; de promover objetivos sociais, sem bloquear a iniciativa individual; de combater a exclusão e a pobreza, agindo sobre as suas causas mais profundas e não apenas remediando os seus efeitos.

A Política – também a Política económica – não prescinde de uma base ideológica. Aliás, em tudo quanto afirmei, está presente uma base ideológica. Por isso comecei por afirmar as causas que defendo. Mas essa base ideológica não é, não pode ser, incompatível com uma Política mais humana, contribuindo para uma sociedade mais feliz e mais próspera. É essa a essência da atividade política: cuidar dos interesses da sociedade como um todo. E se a Política é, também, a arte do compromisso, então o que espero é que, no ciclo que se vai iniciar em 30 de janeiro, os agentes políticos estejam à altura de estabelecer os compromissos necessários para assegurar a governabilidade, num quadro de estabilidade indispensável para promover as reformas que o País necessita.

Mais do que conflitos entre ideologias, o que está em causa é a submissão de interesses político-partidários ao interesse nacional. ●



António Saraiva  
Presidente da CIP



# TRIÂNGULO DE FORÇA

ESTADO FORTE NA INTELIGÊNCIA, SETOR EMPRESARIAL FORTE E SOCIEDADE CIVIL ATIVA

O capitalismo é um sistema socioeconômico culturalmente maleável. Não se tratando de uma ideologia pode ser usado de formas distintas. Pode ser entendido como um sistema em que os meios de produção são detidos por privados, no qual os recursos são afetados por via do mercado e onde a atividade econômica é livre, mas também como um sistema verticalmente gerido pelo mercado que regula a propriedade, mas admite a existência de alguns mecanismos de mercado, como a competição. Por isso se pode falar de capitalismo americano ou de capitalismo de Estado chinês. Sendo um sistema humano é imperfeito. Tem tido falhas importantes, mas continua a ser a mais eficaz de todas as máquinas de geração de riqueza. Exige um Estado forte para regular a distribuição da riqueza assim gerada. Os anticapitalistas apontam as falhas e propõem mais Estado, mas essa não é uma solução capaz de sustentar o progresso. Precisamos, sim, de um triângulo de forças: Estado forte na inteligência, setor empresarial forte e sociedade civil ativa, pluralista e inclusiva. Tudo o que fragilize este triângulo cria sociedades mais vulneráveis. ●



**POR ISSO SE PODE FALAR DE CAPITALISMO AMERICANO OU DE CAPITALISMO DE ESTADO CHINÊS. SENDO UM SISTEMA HUMANO É IMPERFEITO.**



Miguel Pina e Cunha  
Professor